



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Relatório de Correição Ordinária na  
6ª Vara Federal de Execução Fiscal  
Seção Judiciária do Rio de Janeiro**

**18 a 22/09/2017**



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 2ª Região  
**Corregedoria Regional**

**Desembargadora Federal Nizete Antônia Lobato Rodrigues Carmo**

Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região



## Sumário

1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA.....	5
2. METODOLOGIA UTILIZADA.....	6
<b>3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL.....</b>	<b>8</b>
Dr. Silvio Wanderley do Nascimento, desde 20/03/2013.....	8
<b>4. GESTÃO DA SECRETARIA .....</b>	<b>9</b>
<b>5. GESTÃO DE METAS .....</b>	<b>10</b>
5.1. Metas internas .....	10
5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ.....	10
5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade) .....	10
5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade).....	11
5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução) .....	13
<b>6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO.....</b>	<b>14</b>
6.1. Sentenças .....	14
6.2. Acervo com prazos vencidos para despachos e decisões .....	16
6.3. Audiências .....	17
7. EVOLUÇÃO DO ACERVO .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.1. Acervo da unidade .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na Capital da SJRJ .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.2.1. Acervo total.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.2.2. Acervo ativo.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.2.3. Acervo suspenso.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO .....	20
8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários.....	20
8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada.....	20
8.3. Fluxo dos processos após a sentença.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO.....	21
9.1. Balcão de entrada .....	21
9.2. Processos em segredo de justiça .....	21
9.3. Controle de prazos judiciais .....	22
9.4. Publicação de atos judiciais.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>



9.5.	Registro de início do cumprimento do julgado.....	23
9.6.	Documentos pendentes de juntada.....	24
9.7.	Expedientes para cumprimento de ordem judicial.....	25
9.8.	Remessa externa.....	26
10.	ações e situações sujeitas à verificação obrigatória..... <b>Erro! Indicador não definido.</b>	
11.	PROCESSOS SUSPENSOS.....	28
12.	RPVs e PRECATÓRIOS.....	31
13.	BENS PENHORADOS.....	32
14.	BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS.....	34
15.	LIVROS E PASTAS.....	35
16.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA.....	36
17.	TÓPICOS ESPECÍFICOS CÍVEIS E DE EXECUÇÃO FISCAL.....	37
17.1.	Regularidade do processamento de Execuções Fiscais.....	37
17.2.	Como são selecionados os leiloeiros? Há leilão unificado?.....	39
18.	BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS.....	41
19.	COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES.....	42
20.	ENCERRAMENTO.....	43



## 1. ATOS PREPARATÓRIOS E ABERTURA

A correição ordinária na 6ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (06VFEF-RJ), de 18 a 22/09/2017, realizada em cumprimento ao disposto nos artigos 6º, III, da Lei 11.798/2008, c/c 1º a 13 e 26, da Resolução nº 496/2006, e 1º e 4º, I, da Resolução nº 49/2009, ambas do Conselho da Justiça Federal (CJF); 24, III, do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (TRF2); 38 a 46 da Consolidação de Normas da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) e da Portaria nº TRF2-PTC-2017/00141, da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 2ª Região, foi previamente comunicada ao Coordenador dos Juizados Especiais Federais (ofício nº TRF2-OFI-2017/07739), ao Ministério Público Federal – MPF/RJ (7726) e MPF/ES (7760), à Defensoria Pública da União – DPU/RJ (7323) e DPU/ES (7755), à Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RJ (7747) e OAB/ES (7748), a Advocacia Geral da União – AGU (7744) e à Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 2ª Região – PRFN (7752).

Relatórios e mapas estatísticos da unidade correicionada foram extraídos do sistema de acompanhamento processual da 1ª Instância da Justiça Federal do Rio de Janeiro (APOLO) e do Portal de Estatísticas da 2ª Região (PORTAL), antes, durante e, complementarmente, depois da semana da Correição.

A abertura da correição ordinária, foi consignada em ata, anexa, subscrita pelo Meritíssimo Juiz Federal MANOEL ROLIM CAMPBELL PENNA, titular da unidade correicionada, e pela equipe de servidores designados na supracitada Portaria para realizar os trabalhos, coordenados pelo Assessor Judiciário, FABIO ALDROVANDO, Técnico Judiciário dos quadros do TRF2.



## 2. METODOLOGIA UTILIZADA

A DD. Corregedora Regional determinou a presença de dois ou mais servidores nas unidades com acervo majoritariamente físico ou eletrônico, pelo menos num dos dias destinados aos trabalhos, para verificar sobretudo a regularidade dos livros obrigatórios, a adequação de guarda e depósito de bens, mídias e documentos apreendidos ou acautelados em Juízo, de processos físicos ainda existentes, as condições de infraestrutura, inclusive de informática, disponíveis para atender ao público, servidores e magistrados, tudo visando aferir a regularidade das rotinas das secretarias e trâmite dos documentos físicos e digitalizados (cf. Portaria CR2 nº TRF2-PTC-2017/00141, de 07/04/2017).

Constatado nos mapas estatísticos a existência de 5.298 processos físicos, sendo 722 em trâmite e 4.187 suspensos, nos trabalhos presenciais, além das verificações obrigatórias, a equipe de servidores designados pela DD. Corregedora colheu informações do Diretor de Secretaria, Oficial de Gabinete e Supervisores mormente sobre:

(i) A ministração de curso de capacitação técnica aos servidores-gestores pelas Seções Judiciárias, em cumprimento ao disposto no art. 5º, §5º, da Lei 11.416/2006<sup>1</sup> para atividades-fins, gestão de pessoas e de processos de trabalho, e qual o tempo consumido mensalmente nessas tarefas;

(ii) As metas internas que orientam a unidade e como os gestores monitoram o cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo E. Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

(iii) O fluxo do processamento dos feitos judiciais, especialmente: (a) forma de seleção dos processos prioritários (pedido de tutela de saúde, valor econômico expressivo, etc.); (b) organização da Secretaria para absorver eventual distribuição de demandas de massa; (c) a interlocução entre os servidores que processam feitos na Secretaria e os de apoio ao gabinete, visando à triagem de feitos para sentença e minimizando conversões em diligência por falhas no processamento; (d) a certificação do trânsito em julgado

<sup>1</sup> art. 5º. Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

(...)

§2º. As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º. Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§4º. Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§5º. A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4o deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

(...)



e correta identificação da fase de cumprimento de sentença, com efetivo registro dos movimentos respectivos no APOLO; (e) o procedimento utilizado para dar celeridade à baixa dos feitos.

(iv) A utilização dos sistemas de informática conveniados disponibilizados para uso pelas Secretarias e eventual necessidade de capacitação específica dos servidores para manuseá-los;

(v) As boas práticas e/ou dificuldades identificadas para realizar as tarefas diárias.

**3. CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE JURISDICIONAL**

**Denominação:** 6ª Vara Federal de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – RJ (06VFEF-RJ)

**Data de instalação:** 05/04/1999

**Endereço:** Avenida Venezuela, 134, Bloco B - 7º andar, Saúde – Centro – Rio de Janeiro

**Juiz Titular:** Dr. Manoel Rolim Campbell Penna, desde 13/05/2008.

**Juiz Federal Substituto:** Vago

**Diretor de Secretaria:** Dr. Andre Botelho Juca

**Especialização:** Execução Fiscal

**Quadro de Pessoal desde a última correição**

Correições	Analistas Judiciários	Técnicos Judiciários	Técnicos Jud. de Segurança	Requisitados	Total de Servidores	Quadro previsto
Julho/15	3	9	0	0	12	13
Julho/17	2	9	0	1	12	13



#### 4. GESTÃO DA SECRETARIA

A gestão da Secretaria do Juízo é feita pelo Diretor ANDRÉ BOTELHO JUCÁ, nomeado pela Egrégia Presidência do TRF2; pelos Supervisores FRANCISCO ROCCA CAMANHO e ALEXANDRE MORIER FONSECA, e pela Oficiala de Gabinete MARCIA SANTOS LEITE, todos com capacitação ministrada pela SJRJ a cada dois anos (artigo 5º, §§2º e 5º, da Lei 11.416/2006).

Os servidores com função gerencial admitem receber da Seção Judiciária, em média, 77% da capacitação idealizada para o bom exercício de suas atividades (elaboração de minutas e tarefas cartorárias, gestão de pessoas e de processos de trabalho).

Os serviços da Secretaria são inspecionados uma vez por ano pelo Magistrado no exercício da titularidade. Na última Inspeção Judicial Ordinária (ofício nº JFRJ-OFI-2017/05563), de 26 a 30/06/2017, não foram solicitadas providências à Corregedoria (art. 13, III e IV, da Lei nº 5.010/1966), e tampouco há registro de Inspeção Extraordinária nos serviços cartorários.



## 5. GESTÃO DE METAS

### 5.1. Metas internas

As metas objetivadas pela Secretaria são: 1) juntar as petições pendentes nos prazos estabelecidos na CNCR, tendo destacado um servidor específico para a tarefa; 2) realizar movimentações cartorárias nos prazos fixados na CNCR, havendo um servidor designado para sanar eventuais desvios.

### 5.2. Metas Nacionais do Poder Judiciário definidas pelo CNJ

Aplicam-se às Varas de Execução Fiscal as metas nº 1 (Produtividade), 2 (Celeridade) e 5 (Processos de Execução), dentre as 8 (oito) Metas Nacionais do CNJ/2016. O Diretor de Secretaria monitora pessoalmente o atingimento das metas do CNJ, orientando os servidores quanto ao impulso necessário aos feitos pendentes.

#### 5.2.1. Meta nº 1 CNJ/2016 (Foco: Produtividade)

**“Julgar quantidade maior de processos de conhecimento que os distribuídos no ano corrente”<sup>2</sup>**

O órgão recebeu, por distribuição, 248 processos em 2016 e julgou 463, cumprindo 187% da meta nº 1 CNJ/2016.

<sup>2</sup> A Meta 1 tem por foco a produtividade e a prevenção à formação de estoque de processo. Para isso, preconiza o julgamento de quantidade maior de processos, inclusive recursos, do que os distribuídos no ano corrente. Nos termos do Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário, por julgamento entende-se “a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo ou incidente em cada instância dos tribunais”. Quanto aos incidentes, são considerados pela meta aqueles que suspendem o processo principal ou dele tramitam em separado, com observância à tabela das classes processuais consideradas na meta.

Para aferir o cumprimento, os tribunais não precisam julgar exclusivamente os processos distribuídos no ano de medição, ou seja, podem julgar inclusive os casos distribuídos em anos anteriores, desde que o quantitativo de ações objeto de primeira decisão tendente a pôr-lhes fim supere o quantitativo de distribuídos no ano corrente. Portanto, a Meta 1 estimula o monitoramento do fluxo processual, com observância às “entradas e saídas” ou, de forma mais precisa, a relação entre os processos “distribuídos e julgados”.

Com isso, busca-se prevenir a formação de estoques e estimular a adoção de medidas gerenciais sobre o acervo total de processos nos tribunais. (Fonte: *Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 9*).



**Tabela nº1 - Quadro resumo**

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara

Mês: Dec-16 | Matéria: Total | SJRJ | 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro

Meta 1 2016	Julgados	Distribuídos	Outras saídas	% de cumprimento
<b>1º Grau</b>	39.200	40.566	1.123	99%
1º Grau / SJRJ	33.158	33.759	774	101%
1º Grau / SJES	6.042	6.807	349	94%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>111.293</b>	<b>131.255</b>	<b>247</b>	<b>85%</b>
JEF / SJRJ	94.665	109.826	193	86%
JEF / SJES	16.628	21.429	54	78%
<b>Turma Recursal</b>	<b>42.594</b>	<b>39.908</b>	<b>68</b>	<b>107%</b>
TR / SJRJ	33.921	32.669	12	104%
TR / SJES	8.673	7.239	56	121%
<b>Tribunal Regional Federal</b>	<b>41.782</b>	<b>44.815</b>	<b>487</b>	<b>94%</b>
SJRJ	161.744	176.254	979	92%
SJES	31.343	35.475	459	90%
TRU	29	57	0	50%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>234.898</b>	<b>256.601</b>	<b>1.925</b>	<b>92%</b>
<b>06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-RJ</b>	<b>463</b>	<b>248</b>	<b>2</b>	<b>187%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

### 5.2.2. Meta nº 2 CNJ/2016 (Foco: Celeridade)

**“Julgar processos mais antigos<sup>3</sup>: distribuídos até 31/12/2011 e 70% dos distribuídos até 31/12/2012”.**

#### Quadro relativo à parte (i) da meta 2

(julgados 99% dos 334 processos-alvo distribuídos até 31/12/2011).

<sup>3</sup> A Garantia fundamental instituída pela Emenda Constitucional n. 45/2004, a razoável duração dos processos é o objetivo da Meta 2, direcionada à redução do estoque de processos pendentes de julgamento, sobretudo os distribuídos há longo tempo.

Para o monitoramento da meta, cada segmento de Justiça define um ou mais períodos de distribuição dos casos ainda não julgados e, com foco em tais processos, adota medidas tendentes a solucioná-los. A exemplo da Meta 1, por julgamento entende-se a primeira decisão tendente a pôr fim ao processo em cada instância dos tribunais. Vale ressaltar que são considerados também recursos e incidentes processuais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p.19.)



**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
Dec-16	100% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	49.480	44.207	1.500	45.707	3.773	92%
Seções Judiciárias	69.671	62.243	3.582	65.825	3.846	94%
SJRJ	61.060	54.511	3.127	57.638	3.422	94%
SJES	8.611	7.732	455	8.187	424	95%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>119.151</b>	<b>106.450</b>	<b>5.082</b>	<b>111.532</b>	<b>7.619</b>	<b>94%</b>
<b>06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ</b>	<b>334</b>	<b>320</b>	<b>9</b>	<b>329</b>	<b>5</b>	<b>99%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

**Quadro relativo à parte (ii) da meta 2**

(julgados 571% dos 580 processos-alvo distribuídos até 31/12/2012).

**Relatório nº 1 - Quadro resumo**

Data	Meta %	Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara				
dez/16	70% - 1º Grau e 2º Grau	SJRJ	06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro			
Meta 2 - Processos antigos	Alvo	Julgados até 2015	Julgados em 2016	Total de Julgados	Pendentes	% de Julgados
TRF	72.523	64.045	2.499	66.544	5.979	92%
Seções Judiciárias	95.130	84.083	5.428	89.511	5.619	94%
SJRJ	82.809	73.255	4.615	77.870	4.939	94%
SJES	12.321	10.828	813	11.641	680	94%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>167.653</b>	<b>148.128</b>	<b>7.927</b>	<b>156.055</b>	<b>11.598</b>	<b>93%</b>
<b>06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro-SJRJ</b>	<b>580</b>	<b>546</b>	<b>25</b>	<b>571</b>	<b>9</b>	<b>98%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

**Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 2 CNJ/2016:**

Processo	Classe	Objeto da ação	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
05258929420034025101	12001	Nulidade proc administrativo	sim	Baixa findo	18/08/17
05007639120084025101	12001	Cobrança tributos relativo ao ano de 1994	sim	Remessa ao TRF	21/08/17
05113787220104025101	12006	Desconstituição das inscrições em dívida ativa	sim	Publicação sentença	12/09/17
05119040520114025101	12006	Cobrança IRPJ	sim	Remessa ao TRF	04/05/17
00043178620114025101	1001	Anulação dívidas FGTS	sim	Conclusão para sentença	18/09/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

### 5.2.3. Meta nº 5 CNJ/2016 (Foco: Processos de execução)

**“Baixar em 2016 quantidade maior de processos de execução não fiscal do que o total de casos novos de execução não fiscal no ano corrente.”<sup>4</sup>**

Cumpridos 100% da meta nº 5 CNJ/2016.

Visualize o desempenho de seu gabinete ou Vara							
Mês	Vara						
dez/16	SJRJ	06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro					
Meta 5 2015	Remanescente	P5.1-Casos novos	P5.3-Baixados	P5.5-Outras entradas	P5.7-Outras saídas	Acervo atual	% de cumprimento
1º Grau	35.190	26.959	21.259	12.923	11.793	42.020	76%
1º Grau / SJRJ	27.197	23.127	15.436	10.957	10.419	35.426	65%
1º Grau / SJES	7.993	3.832	5.823	1.966	1.374	6.594	132%
<b>Juizado Especial Federal</b>	<b>10.803</b>	<b>37.637</b>	<b>37.703</b>	<b>1.774</b>	<b>430</b>	<b>12.081</b>	<b>97%</b>
JEF / SJRJ	8.788	31.249	31.246	1.676	409	10.058	96%
JEF / SJES	2.015	6.388	6.457	98	21	2.023	100%
SJRJ	35.985	54.376	46.682	12.633	10.828	45.484	83%
SJES	10.008	10.220	12.280	2.064	1.395	8.617	113%
<b>Total - 2ª Região</b>	<b>45.993</b>	<b>64.596</b>	<b>58.962</b>	<b>14.697</b>	<b>12.223</b>	<b>54.101</b>	<b>88%</b>
<b>06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>100%</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 02/08/2017.

### Amostra de processos analisados pendentes da Meta nº 5 CNJ/2016:

Processo	Julgado pendente de cumprimento	Data de trânsito em julgado	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
00035428120054025101	Contribuições previdenciárias	Decisão sujeita a recurso	sim	Remessa ao TRF	31/05/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

Não se encontrou irregularidade processual, morosidade atribuível à Secretaria ou descumprimento dos prazos fixados na CNCR no trâmite entre o início da execução e o último andamento do feito.

<sup>4</sup> A execução das decisões judiciais é um dos principais desafios do Judiciário brasileiro, tendo em vista os diversos fatores que interferem na atuação da justiça nessa fase processual, tais como a dificuldade de localizar bens do executando ou a de indicação, pelo credor, de bens do devedor passíveis de execução. A execução fiscal visa à satisfação do crédito pertencente à fazenda pública federal, estadual ou municipal; e a execução de natureza não fiscal envolve pessoas físicas ou jurídicas particulares. É importante observar que a meta não contemplou execuções penais. (Fonte: Relatório de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2016, CNJ, Abril/2017, p. 32).



## 6. PRODUÇÃO DE ATOS JUDICIAIS E ACERVO CONCLUSO

### 6.1. Produção e classificação de sentenças

A unidade correccionada produziu 1.887 sentenças nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (18/09/2017 a 22/09/2017), com média de 157,25 sentenças/mês, assim classificadas pelo Juízo:

Tipo	Descrição	Quantidade
A	Fundamentação individualizada	26
B1	Homologatória de acordo	01
B2	Repetitiva (padronizada)	716
C	Sem resolução do mérito	1.144
D1	Penal condenatória	00
D2	Penal absolutória	00
D3	Rejeição de queixa	00
D4	Rejeição de denúncia	00
E1	Extintiva de punibilidade	00
E2	Suspensão condicional da pena	00

Fonte: APOLO, Módulo de Consultas, Relatório de estatística de sentenças por Juiz, acesso em 04/09/2017.

A verificação da correta classificação das sentenças pelo Magistrado, obrigatória nas correições ordinárias (Resolução CJF 535/2006, arts. 219 a 221, da CNCR, Provimento Conjunto TRF n.º 03/2008, e Ofícios-Circulares T2-OCI-2010/00004, 2011/00013, e 2011/00099), foi feita com a seleção aleatória dos processos listados abaixo, nos quais se constatou o cumprimento da exigência:

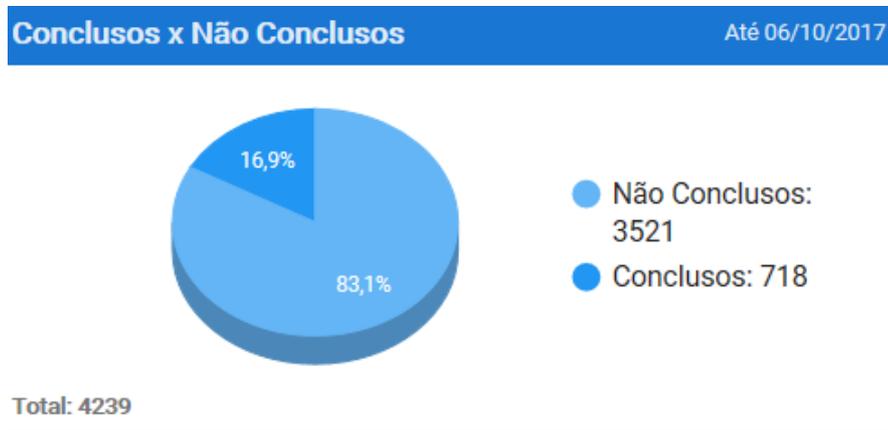
TIPO A	TIPO B1	TIPO B2	TIPO-C
0050842- 87.2015.4.02.5101	0090599- 54.2016.4.02.5101	0507713- 72.2015.4.02.5101	0068404- 75.2016.4.02.5101
0011568- 48.2017.4.02.5101	-----	0508740- 56.2016.4.02.5101	0142542- 76.2017.4.02.5101
0149227- 07.2014.4.02.5101	-----	0507125- 65.2015.4.02.5101	0057649- 26.2015.4.02.5101
0015037- 78.2012.4.02.5101	-----	0080133- 98.2016.4.02.5101	0103754- 90.2017.4.02.5101
0027259- 78.2012.4.02.5101	-----	0115437- 61.2016.4.02.5101	0115972- 24.2015.4.02.5101

Fonte: PORTAL, acesso em 01/08/2017

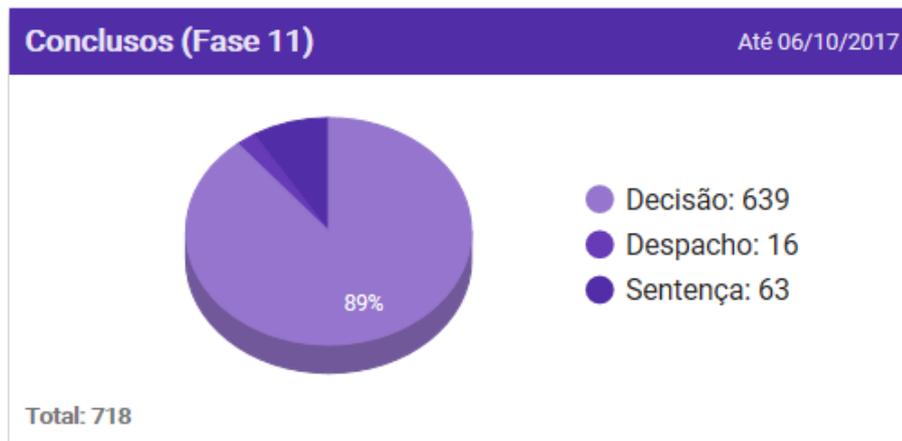


Contudo, a despeito do registro no sistema APOLO, a equipe de correição não localizou a classificação respectiva no corpo das sentenças prolatadas nos processos 0011568-48.2017.4.02.5101, 0015037-78.2012.4.02.5101, 0507713-72.2015.4.02.5101 e 0103754-90.2017.4.02.5101, sugerindo-se ao Juízo observar a obrigatoriedade de inserir a indicação da classificação das sentenças no cabeçalho ou no rodapé de sua primeira e de sua última página, mesmo quando elaborada em meio eletrônico (art. 220, §1º, da CNCR).

## 6.2. Acervo concluso

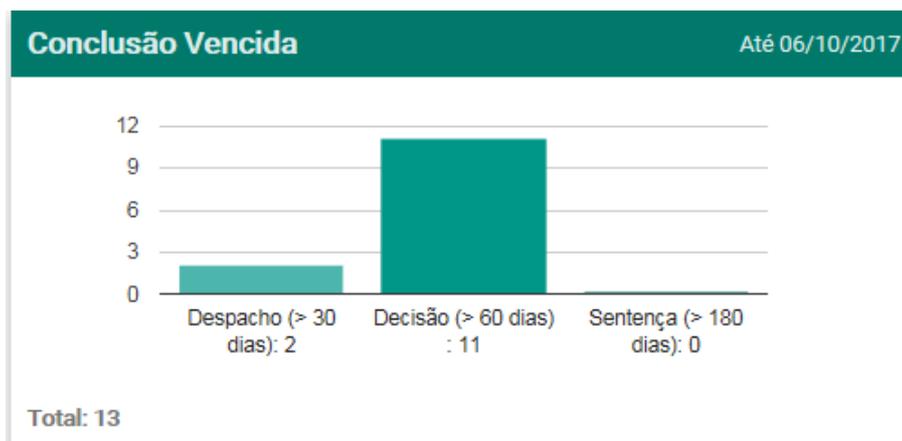


Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 06/10/2017



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 06/10/2017

### 6.3. Acervo com prazos vencidos para prolação de ato judicial (art. 227, CNCR)



Fonte: PAINEL DE INDICADORES DA CORREGEDORIA, acesso em 06/10/2017

O Painel de Indicadores da Corregedoria (acessado em 06/10/2017) indica não haver processos concluídos além dos prazos estabelecidos na CNCR.

Inspecionados os feitos a seguir listados no Painel de Indicadores, há mais tempo concluídos para decisão ou despacho além dos prazos do art. 227, I e II, CNCR:

#### Concluídos para despacho

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0527709-71.2006.4.02.5101	3000	Contribuição previdenciária / fívida ativa	19	10/05/17	149 dias
0502210-90.2003.4.02.5101	3000	FGTS	02	15/08/17	51 dias

#### Concluídos para decisão

Processo	Classe	Objeto da ação	Nº de folhas	Data conclusão	Dias concluso
0043371-84.1996.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL / DÍVIDA ATIVA	02	25/04/17	163 dias
0534088-91.2007.4.02.5101	3000	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	08	05/05/17	154 dias



0508901-52.2005.4.02.5101	3000	TRIBUTOS ESTADUAIS / MUNICIPAIS	04	12/05/17	147 dias
0505791-11.2006.4.02.5101	3000	PARCELAMENTO REFIS / PAES	07	16/05/17	142 dias
0022500-95.2017.4.02.5101	12006	COFINS	396	12/06/17	115 dias
0533090-94.2005.4.02.5101	3000	IRPJ	85	28/06/17	100 dias
0500823-64.2008.4.02.5101	3000	FGTS	91	05/07/17	92 dias
0005151-21.2013.4.02.5101	3000	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	1.124	17/07/17	80 dias
0028897-73.2017.4.02.5101	3000	DÍVIDA ATIVA NÃO-TRIBUTÁRIA	552	24/07/17	74 dias
0524766-18.2005.4.02.5101	3000	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	188	04/08/17	62 dias

Sugere-se à unidade correicionada priorizar a prolação de despachos e decisões nos feitos conclusos além dos prazos estabelecidos na CNCR (art. 227).

#### 6.4. Audiências

Nos últimos 12 meses (01/09/2016 até 31/08/2017) foram designadas 13 audiências. Não há relato de remarcações ou adiamentos em razão de erro cartorário.



## 7. EVOLUÇÃO DO ACERVO

TRF2  
Fls 551

### 7.1. Acervo da unidade

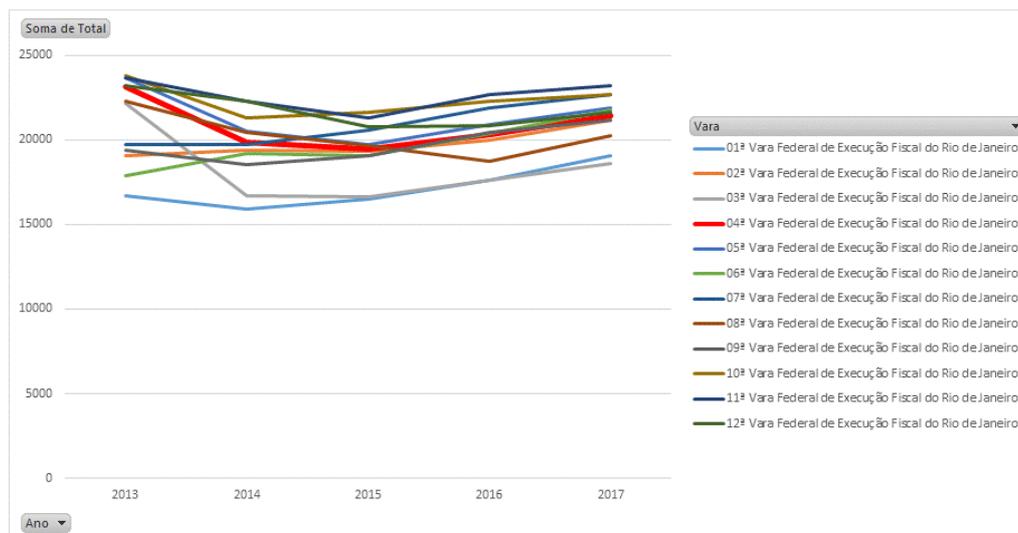
Resumo comparativo da evolução do acervo do juízo correccionado:

	<b>Correição maio/2014*</b>	<b>Correição agosto/2015*</b>	<b>Correição setembro/2017*</b>
Total	20.878	20.379	23.018
Suspensos	9.428	13.593	17.924
Remetidos para julgar recurso	1.541	1.297	1.001
<b>Tramitação ajustada</b>	9.909	5.489	4.093

\*Dados relativos ao mês anterior à abertura da Correição, revisados pelo Portal de Estatísticas em 12/03/2018

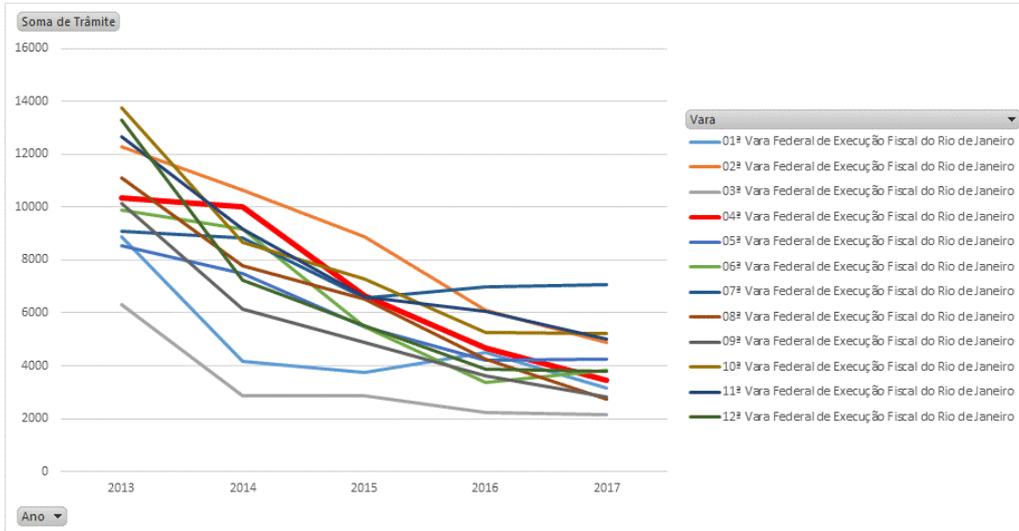
### 7.2. Gráficos comparativos da evolução do acervo das VEFs de mesma competência na Capital da SJRJ

#### 7.2.1. Acervo total



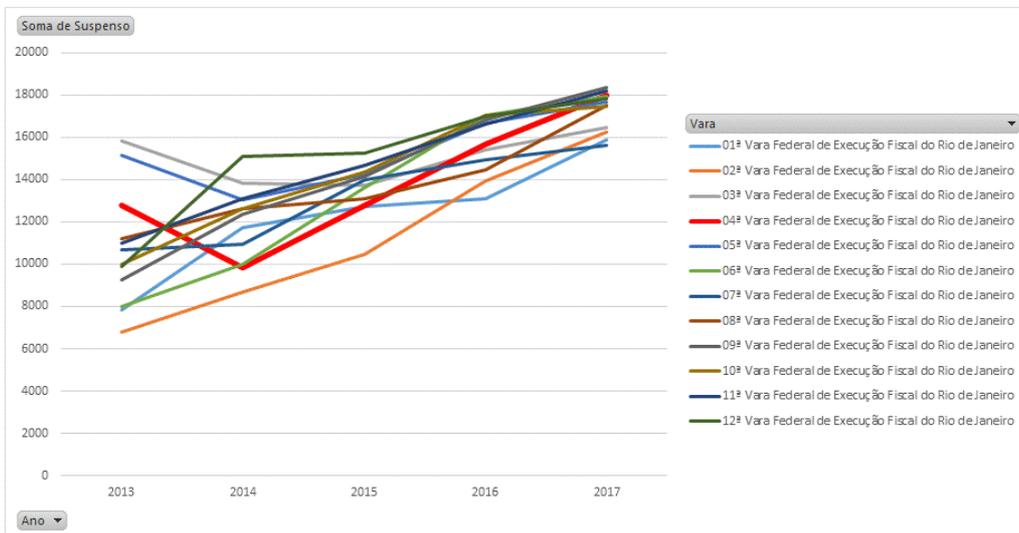


### 7.2.2. Acervo ativo



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de julho de cada ano)

### 7.2.3. Acervo suspenso



Fonte: PORTAL (dados relativos ao mês de julho de cada ano)



## 8. DESCRIÇÃO DO FLUXO DO PROCESSAMENTO

### 8.1. Critérios de seleção e identificação eletrônica dos feitos prioritários

Há um servidor especificamente designado para analisar as iniciais que chegam ao balcão de entrada da Secretaria, priorizados os feitos que não sejam da classe execuções fiscais, e marcados os processos com prioridade ao idoso com identificador específico. Os feitos iniciais triados são encaminhados aos servidores de apoio ao gabinete para redigir a minuta do ato judicial (despacho, decisão ou sentença). Por serem raros pedidos de liminar ou tutela de urgência em Execuções Fiscais, o Diretor de Secretaria requereu ao Setor de Distribuição que seja imediatamente informada eventual distribuição de feito com esses pedidos.

### 8.2. Trânsito de feitos entre a Secretaria e o gabinete de apoio à Magistrada

O servidor processante na Secretaria do Juízo realiza a triagem dos feitos aptos para julgamento e abre conclusão para sentença, sanando eventuais dúvidas diretamente com o apoio ao Magistrado.





## 9. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### 9.1. Balcão de entrada

Documento	Classe/Endereço	Motivo	Identificador	Data Entrada	Usuário	Situação	Gabinete/Vara
0503952-62.2017.4.02.5101	12006	5 DIAS - 5 DIAS#int-CONF-444#	0503952-62.2017.4.02.5101	09/10/2017 13:48	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0518488-30.2007.4.02.5101	3000	10 DIAS#DOBRO - #int-CONF-280#	0518488-30.2007.4.02.5101	09/10/2017 18:23	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0011688-52.2012.4.02.5101	12006	5 DIAS - 5 DIAS#int-CONF-444#dobro	0011688-52.2012.4.02.5101	10/10/2017 10:38	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051721-26.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051721-26.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051731-70.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051731-70.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051734-25.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051734-25.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051735-10.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051735-10.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051741-17.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051741-17.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051801-87.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051801-87.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0051806-12.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0051806-12.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0053650-94.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0053650-94.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:07	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054071-94.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054071-94.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054098-67.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054098-67.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054194-82.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054194-82.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054269-24.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054269-24.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054335-04.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054335-04.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054337-71.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054337-71.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054352-40.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054352-40.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054487-52.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054487-52.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054488-81.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054488-81.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec
0054524-79.2017.4.02.5101	3000	15 DIAS - SIMPLES - 15 DIAS - SIMPLES#int-CONF-478#	0054524-79.2017.4.02.5101	10/10/2017 17:08	PORTALV		06ª Vara Federal de Exec

No dia 11/10/2017, às 18:10 horas, existiam 59 processos , sendo o mais antigo o de 09/10/2017 aguardando movimentação cartorária, inspecionados os mais antigos:

Data de entrada	Número	Classe/Natureza
09/10/17	0503952-62.2017.4.02.5101	12006
09/10/17	0518488-30.2007.4.02.5101	3000
10/10/17	0011689-52.2012.4.02.5101	12006
10/10/17	0051721-26.2017.4.02.5101	3000
10/10/17	0051731-70.2017.4.02.5101	3000

### 9.2. Processos em segredo de justiça



A	B
Posição em	04/09/2017
Tipo de Segredo	Processos
Absoluto	0
Sistema	1
Documento	375
<b>Total Geral</b>	<b>376</b>

Fonte: PORTAL, acesso em 11/10/2017

Número	Classe	Tipo de sigilo	Fls. da decisão de sigilo	Observação
00043509120024025101	3000	Sigilo de peças	07/11/02	Dívida ativa - direito tributário
00043509120024025101	3000	Sigilo de peças	07/11/02	Dívida ativa - direito tributário
04103302719004025101	3000	Sigilo de peças	15/08/12	FGTS - dívida ativa
05113012019004025101	3000	Sigilo de peças	22/10/12	FGTS - dívida ativa
05335047319004025101	3000	Sigilo de peças	09/10/13	FGTS - dívida ativa

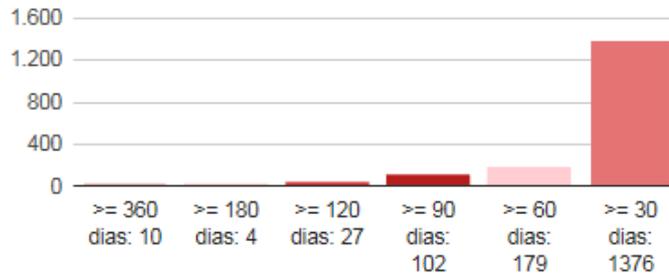
Não se constatou irregularidade nos feitos inspecionados.

### **9.3. Cumprimento dos prazos de controle e aferição do acervo (arts. 42, §2º c/c 227 e 228, CNCR)**



**Parados Não Conclusos**

Até 16/10/2017



Total: 3607 (<30 dias: 1909)

**Processos inspecionados**

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0092587-13.2016.4.02.5101	3000	sim	decisão suspendendo a execução, com registro no sistema em 16/01/2017	179	12/01/17
0092567-22.2016.4.02.5101	3000	sim	decisão suspendendo a execução, com registro no sistema em 13/01/2017	182	02/01/17
0518036-20.2007.4.02.5101	3000	sim	pendente mandado de penhora e avaliação, com registro no sistema em 02/05/2017	164	24/04/17
0051518-35.2015.4.02.5101	3000	sim	decisão reconsiderando a r. decisão, passando a apreciar, de logo, o pedido de redirecionamento da execução para os corresponsáveis, formulado pela exequente	196	20/03/17

**9.4. Registro de início do cumprimento do julgado**

Os registros do sistema eletrônico de acompanhamento processual devem retratar fielmente as demandas propostas e os atos processuais efetivamente praticados nos autos (art. 332, CNCR).

Assim, cumpre aos servidores registrar e, aos Magistrados e Diretores fiscalizar, o registro no APOLO do encerramento da fase de conhecimento – trânsito em julgado (fase 73) – e, se cabível, o início da fase de cumprimento do julgado (fase 18), considerada a data de retorno dos autos da



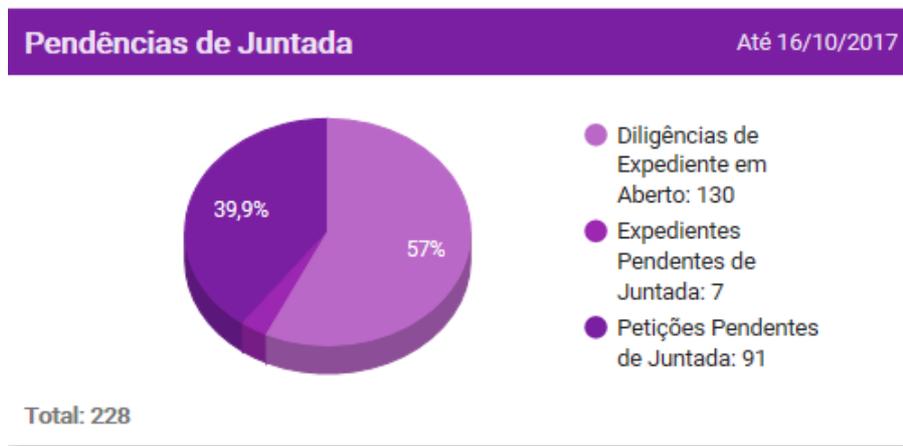
instância recursal ou, não havendo interposição de recurso, a de trânsito em julgado (art. 333). Esses registros alimentam a base de dados informada para cômputo do Índice de Produtividade Comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus)<sup>5</sup>.

Por amostragem, selecionados os processos com RPV expedido, verificou-se que a unidade correicionada possui 2 feitos sem registro da fase 18 no APOLO.

Ano : 2017		Mês : Julho	
Vara		Execução de Sentença - Fase 18	
Requisição Valor			
Medidas		11ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro	
Situacao Processo		Informada	Não Informada
		Sim	Sim
Processos		4	2
Trâmite			
Total		4	2
			6
			6

Fonte: PORTAL, acesso em 10/10/2017

### 9.5. Documentos pendentes de juntada



Fonte: PAINEL, acesso em 16/10/2017

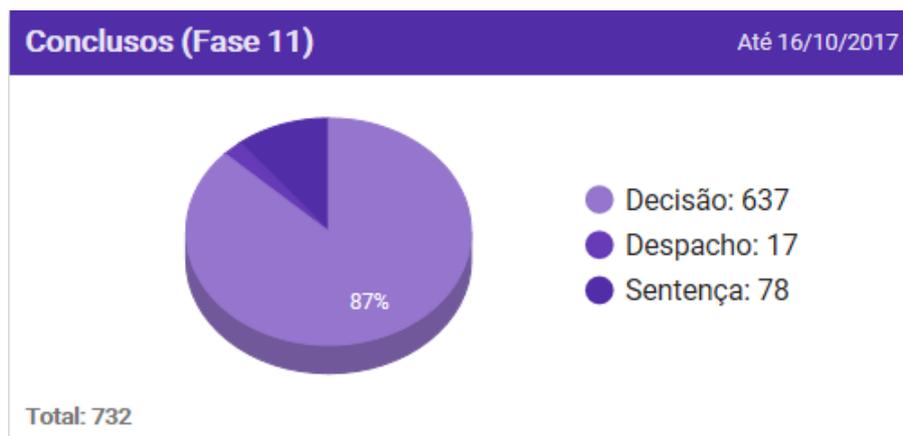
Inspecionadas as petições que aguardam juntada há mais tempo:

<sup>5</sup> O IPC-Jus é o indicador criado pelo CNJ que resume os dados recebidos pelo Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ) em uma única medida, de modo a refletir a produtividade ou eficiência relativa dos tribunais.



Data de entrada	Número da petição	Processo	Síntese do pedido	Dias que aguard a juntar	Local do processo
24/02/10	2010.7162.019779-1	0524756-76.2002.4.02.5101	Contribuição previdenciária – dívida ativa	2.790	TRF – 2R
28/05/10	2010.7162.061830-4	0071227-18.1999.4.02.5101	IRPJ – dívida ativa	2.698	TRF 2R
21/02/11	2011.0051.000923-9	0524756-76.2002.4.02.5101	Contribuição previdenciária – dívida ativa	2.429	TRF 2R
27/04/11	2011.7162.051704-3	0531599-86.2004.4.02.5101	PIS – dívida ativa	2.364	TRF 2R
27/04/11	2011.7162.051728-0	0526812-77.2005.4.02.5101	PIS – dívida ativa	2.364	TRF 2R

### 9.6. Expedientes para cumprimento de ordem judicial



Analisados os processos cujo último despacho, decisão ou sentença foi proferida há mais de 30 dias contados do encerramento do mês anterior à Correição, há 732 processos sem o movimentação pela Secretaria.

#### Processos inspecionados

Processo	Classe	Mov. regular em 12 meses? *	Último Movim.	Dias sem mov.	Data último Movim.
0043371-84.1996.4.02.5101	3000	sim	Concluso para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo	173	25/04/17



0534088-91.2007.4.02.5101	3000	sim	Concluso para decisão, sem minuta no Sistema Processual Apolo	164	05/05/17
0505791-11.2006.4.02.5101	3000	sim	Concluso para decisão, com minuta no Sistema Processual Apolo	152	16/05/17
0527709-71.2006.4.02.5101	3000	sim	Concluso para decisão, com minuta no Sistema Processual Apolo	159	10/05/17
0002210-90.2003.4.02.5101	3000	sim	Concluso para decisão, com minuta no Sistema Processual Apolo	61	09/08/17

TRF2  
Fls 559

Sugere-se identificar e movimentar os processos que aguardam movimentação pela Secretaria do Juízo além do prazo estabelecidos na CNCR (art. 228).

### 9.7. Remessa externa

Não constam processos físicos ou eletrônicos com prazos de remessa externa vencidos:

Ano : 2017				Mês : setembro				Vara : 06ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro				Localização Atual : Externo			
Medidas				Data Último Movimento											
Tipo de Processo								Processos							
Situação Processo								2017				Total			
Último Movimento								Agosto				Setembro			
Complemento Fase															
Físico	Trâmite	Remessa, Carga	CEF - Caixa Econômica Federal					1						1	
			Defensoria Pública					2						2	
			Embargante					1						1	
			Execução Fiscal - Advoca da Geral da União					1						1	
			PRF - Execução Fiscal (Capital) - Autarquias e Fundações Federais					1						1	
			Procuradoria da Fazenda					60			30			30	
	Suspensão	Remessa, Carga	PRF - Execução Fiscal (Capital) - Autarquias e Fundações Federais					1				1		1	
Procuradoria da Fazenda						14		3			11				
<b>Total</b>								<b>81</b>				<b>34</b>			
												<b>47</b>			

Inspecionados os processos com remessa externa mais antiga, excluídos Inquéritos Policiais e Peças de Informação, que tramitam diretamente entre o MPF e a Polícia Federal (art. 236, CNCR):





## 10. AÇÕES E SITUAÇÕES SUJEITAS À VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA

A Resolução CJF 496/2006 estabelece que “o exame dos processos pode ser feito por amostragem e tanto quanto possível, serão vistas as **ações civis públicas, ações populares, mandados de segurança coletivos, ações de improbidade administrativa, ações relacionadas a interesses metaindividuais e processos criminais com réus presos**, que tramitam na unidade, tendo em vista sua especial relevância para a atividade jurisdicional e o possível efeito “erga omnes” das decisões.

A Vara Federal não possui no acervo ações sujeitas à verificação obrigatória.



**11. PROCESSOS SUSPENSOS**

Balcão virtual verificado em 16/10/2017 às 11:19 hs, contendo 65 documentos. A Secretaria controla os prazos de suspensão dos processos eletrônicos com sua inserção em local virtual específico.

Os processos suspensos (físicos ou eletrônicos) recebem data de controle para verificar, geralmente a cada 10 meses, se permanecem os motivos que ensejaram a suspensão no sistema APOLO, seja decorrente de recursos repetitivos, repercussão geral, inventário, falência, etc.

Com relação aos processos suspensos pelo art. 40 da Lei nº 6.830/80, o critério de análise e controle dos processos físicos é separá-los por semestre e calcular o período que se vai consumir a prescrição; quanto aos processos eletrônicos, coloca-se a data final da suspensão no Sistema Processual Apolo no período correspondente à prescrição intercorrente. Assim, tendo data final da suspensão, o feito volta ao balcão de entrada, figurando, no primeiro momento, na lista de processos parados há mais de 1 ano.

Local Virtual	Nº de Processos
Suspensão – FGTS	193
Suspensão – art. 40	8675
Suspensão - AG. DECISÃO	606
Suspensão – art. 28	159
Suspensão - Parcelamento	2100

O registro da suspensão no APOLO, com anotação precisa do motivo e a descrição do termo inicial e final auxilia a verificação dos prazos, prevenindo a paralisação de autos por tempo indefinido.

Por amostragem, foram analisados os processos listados conforme os motivos da suspensão, sem contatação de irregularidade:

CLASSE 3000

Objeto de cobrança: FGTS

Processo	Motivo da suspensão	Situação
00367604719984025101	Concessão de prazo para localizar o devedor	Cobrança FGTS – certidão em 2002 atestando o transcurso de prazo sem manifestação da



		Exequente (fl.28).
05258294920034025101	Aguardar o julgamento da apelação cível 339031	Sentença tipo C-tramitação de ação perante a 20ª VF/RJ como o mesmo objeto - Certificado o trânsito em julgado em 18/08/2007
00464778319984025101	Art. 40 da Lei 6830/80 (fl.26)	Certidão – transcurso do prazo de 1 ano, sem localizar o devedor ou bens penhoráveis.
05833592119004025101	Petição da PFN (fl.19/21) pela não ocorrência da prescrição intercorrente	Arquivamento, sem baixa (fl.23)

**OBJETO DA COBRANÇA: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS.**

Processo	Motivo da suspensão	Situação
05078989620044025101	Parcelamento	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário (fl. 67)
05176341220024025101	Parcelamento	Informação de que o débito é objeto de parcelamento (fl. 44)
05395206720024025101	Parcelamento	Despacho deferindo a suspensão, até nova manifestação do exequente (fl.30)

**CLASSE 12001: EMBARGOS À EXECUÇÃO.  
OBJETO: Nulidade de atos administrativos.**

Processo	Motivo da suspensão	Data da suspensão	Situação
00670326319944025101	Aguardar o julgamento da apelação	Suspensão a partir de 05/10/2017 até 05/10/2018	Aguardando trânsito em julgado e posterior manifestação da Fazenda Nacional.
05062167720024025101	Tramitação da ação anulatória n. 2001.5101.016096.	No sistema Apolo suspenso A partir de 22/10/2009	Decisão em 27/06/2007 mantendo suspensa a execução e os embargos, até o trânsito em julgado da ação anulatória.
05228585720044025101	Aguardar o julgamento da	No sistema Apolo	Comunicação do



	ação anulatória n. 2003.5101.002696-3 (fl.399).	suspenso A partir de 09/04/2010	Município de interposição agravo de instrumento em 23/02/2010
--	---	------------------------------------	--





## 12. RPVs E PRECATÓRIOS

TRF2  
Fls 564

A unidade correccionada enviou 05 precatórios e 92 requisitórios de pequeno valor (RPVs) nos 12 meses que antecederam ao mês da Correição (18/09/2017 a 22/09/2017). Constam cadastrados, pendentes de envio ao TRF 01 precatórios e 13 RPVs, analisados os feitos a seguir.

Processo	Precatório ou RPV	Data do cadastro	Data do envio	Observação, pendência ou paralisação além do prazo art. 228, CNCR
00888786319994025101	RPV	21/10/16	11/11/16	PARALISADO
00127846420054025101	RPV	17/10/16	04/11/16	PARALISADO
05427204320064025101	RPV	08/11/16	22/11/16	PARALISADO
00257472620134025101	RPV	17/10/16	04/11/16	PARALISADO
00257472620134025101	RPV	17/10/16	04/11/16	PARALISADO

**13. BENS PENHORADOS**

Os artigos 356 a 358, da CNCR, dispõem sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos bens penhorados no APOLO.

O relatório de bens penhorados, extraído do APOLO em 15/09/2017, apresenta cadastramento de 196 bens penhorados pelo Juízo.

Analisada a amostra de feitos a seguir, não se constatou falha no registro das penhoras pela Secretaria:

Processo	Data da penhora	Correspondência do registro APOLO com o auto de penhora	Observação
003528097.1999.4.02.5101	29/08/00	sim	suspensão
003830208.1995.4.02.5101	07/12/00	sim	baixa
054088156.2001.4.02.5101	17/07/02	sim	suspensão a partir de 09/09/2015 até 09/09/2021
054076868.2002.4.02.5101	14/01/04	sim	baixa
053340236.2006.4.02.5101	22/01/08	sim	suspensão

003528097.1999.4.02.5101: em razão da decisão proferida em 13 de agosto de 2012, ocorreu a suspensão do processo por 1 (um) ano (LEF, ART. 40, § 2º). Decorridos 5 (cinco) anos do arquivamento dos autos, se o valor da execução superasse o previsto no § 5º do artigo 40 da Lei nº 6.830/80, fosse dada vista ao Exequente e, caso contrário, fossem imediatamente conclusos.

003830208.1995.4.02.5101: sentença em 20/06/2017 julgando extinta a execução face o pagamento integral do débito. Certificado o trânsito em julgado em 12/07/2017.

054088156.2001.4.02.5101: diante do resultado negativo do leilão realizado, o MM juiz determinou a intimação do Exequente para se manifestar sobre a pretensão de adjudicar os bens penhorados em pagamento da dívida ou, se não, se concordava com a liberação da penhora, no prazo de cinco dias. Não tendo resposta, a execução fosse suspensa por 1 (um) ano e transposto o prazo, arquivado sem baixa na distribuição. Decorrido o quinquênio do arquivamento, retornassem conclusos (Lei 6.830/80, artigo 40.)



054076868.2002.4.02.5101: sentença proferida em 03/02/2014 reconhecendo a prescrição intercorrente. Certidão de trânsito em julgado em 26/05/2014.

TRF2  
Fls 566

053340236.2006.4.02.5101: ante à notícia de rescisão do parcelamento, o MM juiz determinou a intimação do Exequente para se manifestar, no prazo de cinco dias. Não tendo resposta, a execução fosse suspensa por 1 (um) ano e transposto o prazo, arquivado sem baixa na distribuição. Decorrido o quinquênio do arquivamento, retornassem conclusos (Lei 6.830/80, artigo 40.)





#### 14. BENS ACAUTELADOS/APREENDIDOS

O registro, guarda e destinação de bens apreendidos e/ou acautelados tem extenso regramento normativo, podendo ser destacados as Resoluções CNJ n.º 63, de 16/12/2008, n.º 30, de 10/02/2010, e n.º 134, de 21/06/2011, Recomendação CNJ n.º 30, de 10/02/2010; o Manual de Bens Apreendidos do CNJ, de 2011; a Resolução CJF n.º 428, de 07/04/2005; e arts. 203, 204 e 242 a 247 da CNCR. Não foram detectadas irregularidades quanto ao registro de bens apreendidos.



## 15. LIVROS E PASTAS

TRF2  
Fls 568

O órgão correccionado dispõe de 05 livros obrigatórios (art. 148, CNCR), a saber:

- 1) Ponto;
- 2) Carga de autos a Advogados, partes e auxiliares do Juízo;
- 3) Livro de remessa de autos aos setores administrativos de apoio;
- 4) Reclamações e inspeções
- 5) Livro de carga ao Ministério Público Federal.

Todos os livros estão regulares, ausentes rasuras e todas as folhas estão rubricadas e numeradas.



## 16. INFRAESTRUTURA FÍSICA E LÓGICA

A 6ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro está localizada no 5º andar, prédio do Bloco B, no centro da cidade (Av. Venezuela, 134 – Saúde – CEP: 20081-312), com boas instalações físicas, bem conservadas e limpas.

Na entrada do prédio, há um balcão para os agentes de segurança da Justiça Federal e da equipe de segurança da empresa terceirizada, detectores de metais e controle de acesso dos funcionários e jurisdicionados. O balcão de atendimento ao público externo é bem acessível, com mural para orientação do público.

A sala da Secretaria da Vara é ampla e o *lay-out* funcional, com mobiliário bem dividido e divisórias em bom estado de conservação. Não foi constatado mofo ou poeira em excesso no ambiente. Banheiros limpos e organizados. Mesas e cadeiras, embora não sejam todas novas, são adequadas, segundo os padrões da Justiça Federal. Existe uma pequena copa para refeições.

O Gabinete do Juiz Federal Substituto, cargo vago, não é utilizado. É amplo, com mesa, poltrona, estante, frigobar e banheiro privativo.

Os aparelhos de ar-condicionado dos Gabinetes dos Juízes e da Secretaria são antigos mas funcionam bem, refrigerando adequadamente o ambiente.

A sala de audiências é compartilhada com outras Varas Federais de Execução Fiscal, porém é pouco utilizada, dada a baixa demanda por audiências nesses juízos.

Todos os computadores têm 2 monitores.



**17. TÓPICOS ESPECÍFICOS DE EXECUÇÃO FISCAL****17.1. Regularidade do processamento de Execuções Fiscais de grandes devedores (arts. 272 e 273, CNCR)**

A Vara Federal adota como critério interno para definir execuções de alto valor (art. 272, parágrafo único, CNCR), a linha de corte definida pelos os 200 (duzentos) processos de maior valor, independentemente da listagem de grandes devedores depositada pela Fazenda Nacional.

Por amostragem, foram vistoriados os processos abaixo relacionados, com execuções fiscais acima de 1 milhão de reais, não se encontrando, s.m.j., irregularidade no processamento:

Processo	Valor da execução	Data de autuação	Mov. regular em 12 meses?*	Último Movim.	Data último Movim.
2004.5101.544688-0	R\$ 1.096878,59	04/03/2005	sim	Intimação de Sentença	22/09/17
2008.51.01.500507-8	R\$ 1.060547,80	30/08/85	sim	Trânsito em julgado	13/07/17
05193853420024025101	R\$ 1.044.927,07	22/07/02	sim	Trânsito em julgado	22/09/07
05109194620054025101	R\$ 949.901,16	28/03/07	sim	Trânsito em julgado	13/07/17
0505255292008402.5101	R\$ 1.066.325,31	26/05/08	sim	Trânsito em julgado	13/07/17

\* Movimentação cartorária e prolação de atos judiciais nos prazos dos arts. 227 e 228, da CNCR, desconsiderado sucessiva atualização de registro no APOLO (fase 51) sem que haja ato praticado nos autos.

**2004.5101.544688-0**

Valor atualizado em 01/12/2004: R\$ 1.096.878,59

Petição da União Federal/Fazenda Nacional em 17/04/2017 (fl 85) informando que os parcelamentos anteriormente concedidos à devedora foram rescindidos, razão pela qual pleiteou o prosseguimento do feito.

Em resposta ao despacho proferido em 20/04/2017, o Exequente informou que a rescisão do parcelamento ocorreu em 29/06/2006 (fl. 90).

Sentença proferida em 27/06/2017 julgando extinta a execução face ao reconhecimento da prescrição (fls 91/91v).

Ciência da Fazenda Nacional em 18/07/2017 (fl.105v).



**073586-04.1900.4.02.5101**

Valor em 30/08/1985: Cr\$ 15.158.285 (quinze milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e cinco cruzeiros), atualizado em 25/09/2002 (fl.31) apresentando o valor total de R\$ 8.139,16.

Suspensão o processo em 16/08/2010 nas condições do artigo 40 da LEF (fl.90).

Sentença proferida em 28/03/2017 julgando extinta a execução face ao reconhecimento da prescrição (fls.94/96).

Ciência da Fazenda Nacional em 4/4/2017 (fl.97).

**0519385-34.2002.4.02.5101**

Valor atualizado em 22/07/2002: R\$ 1.044.927,07

Suspensão o processo em 11/05/2010 nas condições do artigo 40 da LEF (fl.63).

Sentença proferida em 02/03/2017 julgando extinta a execução face ao reconhecimento da prescrição (fl.105).

Ciência da Fazenda Nacional em 6/4/2017 (fl.105v).

**0510919-46.2005.4.02.5101**

Valor atualizado em 28/03/2007: R\$ 949.901,16

Suspensão o processo em 05/05/2011 face a concessão de parcelamento da dívida (fl.206).

Sentença proferida em 27/06/2017 julgando extinta a execução face ao reconhecimento da prescrição (fl.224).

Ciência da Fazenda Nacional em 29/06/2017 (fl.225).

**0505255-29.2008.4.02.5101**

Valor atualizado em 26/05/2008: R\$ 1.066.325,31.

Suspensão o processo em 26/08/2010 face a concessão de parcelamento da dívida (fl.95).

Pagamento integral da dívida.

Sentença proferida em 09/06/2017 julgando extinta a execução face ao pagamento integral do débito (fl. 97).

Ciência da Fazenda Nacional em 29/06/2017 (fl.98).

**2008.51.01.500507-8**

Valor atualizado em 17/12/2007: R\$ 1.060.547,80.

Sentença proferida em 27/06/2017 julgando extinta a execução face o reconhecimento da ocorrência da prescrição. (fls. 39/39v).

Certificado o trânsito em julgado em 13/07/2017 (fl. 46).



## **17.2. Critério de seleção de leiloeiros e realização de leilões unificados**

O leilão ocorre reunindo várias Execuções Fiscais em trâmite no Juízo, geralmente, 1 vez a cada ano. A Fazenda Nacional indica o leiloeiro, que está sendo mantido. Sugere o Diretor que se crie para todas as Varas um mecanismo que dê mais transparência, de modo a evitar possíveis desvios de condutas de peritos e leiloeiros.





## **18. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DA CORREIÇÃO ANTERIOR**

TEXTO ALTERNATIVO: As recomendações feitas na Correição Ordinária anterior (03/08/2015 a 07/08/2015), foram parcialmente cumpridas nestes termos. Os processos conclusos (RECOMENDAÇÃO 04 de 2015) foram recomendados, em decorrência do grande número de processos nesta situação, o que, efetivamente, voltou a ocorrer nesta correição de 2017.

**19. BOAS PRÁTICAS OBSERVADAS**

TRF2  
Fls 574

Não foram identificadas ou relatadas boas práticas.



## **20. COMPILAÇÃO DAS SUGESTÕES DA EQUIPE DE CORREIÇÕES**

Sugere-se ao órgão correccionado, no prazo de 30 dias:

- 1) Classificação de sentença
- 2) Processos conclusos (foi feita a mesma recomendação em 2015)
- 3) Fase 18
- 4) Petições pendentes de juntada
- 5) Estabelecer rotinas para rever o acervo suspenso e identificar processos com prazos de suspensão vencidos



## **20. ENCERRAMENTO**

Tudo verificado, submeto a Vossa Excelência o presente relatório, elaborado pelos servidores da Corregedoria Regional Jose Vicente Benevenuti matrícula 15035 e Carlos César de souza Diniz, matrícula 10604, revisado por Fabio Aldrovando, Assessor Judiciário, subscrito por mim, nesta data.

Rio de Janeiro, DD de mmmmmmm de AAAA.

**MARCELO SILVA RIBEIRO**

Assessor de Juiz